

Sumário

Capítulo 1

Introdução ao Direito Administrativo	15
1.1 Noção geral de Direito	15
1.2 Direito Público e Direito Privado	16
1.3 Origem do Direito Administrativo	17
1.4 Conceito e objeto do Direito Administrativo	18
1.4.1 Critério do Poder Executivo	18
1.4.2 Critério do serviço público	19
1.4.3 Critério das relações jurídicas	20
1.4.4 Critério teleológico	20
1.4.5 Critério negativo ou residual	21
1.4.6 Critério da Administração Pública	21
1.5 Fontes do Direito Administrativo	22
1.5.1 Lei	23
1.5.2 Jurisprudência	24
1.5.3 Doutrina	24
1.5.4 Costume	25

Capítulo 2

Regime Jurídico Administrativo	27
2.1 Regime jurídico	27
2.2 Regime jurídico administrativo	28
2.3 Princípios da Administração Pública	29
2.3.1 Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado	30
2.3.2 Princípio da indisponibilidade dos interesses públicos pela Administração	31
2.3.3 Princípio da legalidade	32
2.3.4 Princípio da impessoalidade	33

2.3.5	Princípio da moralidade	34
2.3.6	Princípio da publicidade	35
2.3.7	Princípio da eficiência	36
2.3.8	Princípio da razoabilidade	37
2.3.9	Princípio da proporcionalidade	38
2.3.10	Princípio da motivação	39
2.4	Poderes administrativos	40
2.4.1	Poder normativo	41
2.4.2	Poder hierárquico	43
2.4.3	Poder disciplinar	44
2.4.4	Poder de polícia	46
2.4.4.1	Conceito	46
2.4.4.2	Polícia administrativa e polícia judiciária	47
2.4.4.3	Manifestações do poder de polícia	48
2.4.4.4	Atributos do poder de polícia	48

Capítulo 3

Administração Pública	51	
3.1	Introdução	51
3.2	Desconcentração e descentralização	53
3.3	Órgãos públicos	55
3.3.1	Conceito	55
3.3.2	Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos	56
3.3.3	Classificação dos órgãos	57
3.4	Administração Indireta	59
3.4.1	Autarquia	59
3.4.2	Fundações públicas	61
3.4.3	Sociedades de economia mista e empresas públicas	62
3.5	Novas figuras	64
3.5.1	Contratos de gestão	64
3.5.1.1	Contrato de gestão entre o Poder Público e entidades da Administração Indireta	65
3.5.1.2	“Contrato” entre órgãos	66
3.5.1.3	Contrato entre o Poder Público e as “organizações sociais”	67
3.5.2	Agências executivas	68
3.5.3	Agências reguladoras	68
3.5.4	Consórcios públicos	70

3.6	Entidades paraestatais	71
3.6.1	Serviços sociais autônomos	72
3.6.2	Fundações de apoio	72
3.6.3	Organizações sociais	72
3.6.4	Organizações da sociedade civil de interesse público	73

Capítulo 4

Agentes Públicos	75	
4.1	Conceito e classificação dos agentes públicos	75
4.2	Servidor público	77
4.2.1	Conceito	77
4.2.2	Cargo, emprego e função	78
4.2.3	Investidura	80
4.2.3.1	Requisitos para investidura em cargo público	82
4.2.3.2	Formas de provimento	84
4.2.4	Vacância	87
4.2.5	Concurso público	87
4.2.6	Acumulação de cargos públicos	89
4.3	Direitos constitucionais dos servidores públicos	91
4.3.1	Direito de greve e de livre associação sindical	91
4.3.2	Remuneração	92
4.3.3	Estabilidade e disponibilidade	96
4.3.4	Outros direitos dos servidores ocupantes de cargo público	98
4.4	Aposentadoria	99
4.4.1	Modalidades de aposentadoria	99
4.4.2	Proventos	100
4.4.3	Contagem de tempo para aposentadoria	102
4.4.4	Previdência complementar	102
4.4.5	Pensão por morte	103
4.4.6	Revisão de benefícios	103
4.5	Responsabilidade do servidor	104
4.6	Processos administrativos de apuração de faltas disciplinares	105
4.6.1	Sindicância	109
4.6.2	Processo administrativo disciplinar	109
4.6.3	Reexame do processo administrativo disciplinar	112
4.6.4	Processo administrativo disciplinar em rito sumário	113
4.6.5	Prescrição	114

Capítulo 5

Ato Administrativo	117
5.1 Conceito de ato administrativo	117
5.2 Elementos do ato administrativo	119
5.2.1 Agente competente	120
5.2.2 Finalidade	120
5.2.3 Forma	121
5.2.4 Motivo	122
5.2.5 Objeto	123
5.3 Perfeição, validade e eficácia	123
5.4 Atributos do ato administrativo	124
5.4.1 Presunção de legitimidade e de veracidade	124
5.4.2 Imperatividade	125
5.4.3 Auto-executoriedade	127
5.5 Discricionariedade e vinculação	128
5.6 Classificação	130
5.6.1 Quanto à presença de supremacia do Estado: atos de império e atos de gestão	130
5.6.2 Quanto à estrutura: atos simples, complexos e compostos	130
5.6.3 Quanto aos destinatários: atos gerais e individuais	131
5.7 Espécies de atos administrativos	131
5.8 Anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos	132

Capítulo 6

Licitação	137
6.1 Conceito de licitação e sua obrigatoriedade	137
6.2 Princípios da licitação	139
6.3 Dispensa e inexigibilidade da licitação	141
6.4 Modalidades de licitação	150
6.4.1 Concorrência	150
6.4.2 Tomada de preços	151
6.4.3 Convite	152
6.4.4 Concurso	152
6.4.5 Leilão	153
6.4.6 Pregão	153
6.5 Comissão de licitação	155
6.6 Homologação, anulação e revogação da licitação	156

Capítulo 7

Contratos Administrativos	159
7.1 Introdução	159
7.2 Conceito de contrato administrativo	160
7.3 Características dos contratos administrativos	161
7.3.1 Administração Pública em posição de supremacia	161
7.3.2 Finalidade pública	161
7.3.3 Forma prevista em lei	162
7.3.4 Contrato de adesão	163
7.3.5 Natureza <i>intuitu personae</i>	163
7.3.6 Cláusulas exorbitantes	164
7.3.7 Mutabilidade	166
7.4 Execução do contrato administrativo	167
7.4.1 Teoria do fato do príncipe	167
7.4.2 Teoria do fato da Administração	168
7.4.3 Teoria da imprevisão	168
7.4.4 Fatos imprevistos	169
7.5 Extinção do contrato administrativo	169
7.6 Contratos em espécie	171
7.7 Convênios e consórcios administrativos	173

Capítulo 8

Responsabilidade Extracontratual do Estado	175
8.1 Considerações iniciais	175
8.2 Evolução	177
8.3 Responsabilidade do Estado no Brasil	180
8.4 Reparação do dano	181
8.5 Hipóteses excludentes e atenuantes da responsabilidade estatal	182

Capítulo 9

Controle dos Atos da Administração Pública	185
9.1 Introdução	185
9.2 Tipos de controle	186
9.2.1 Quanto ao órgão controlador	186
9.2.2 Quanto ao momento de realização	186
9.2.3 Quanto à posição do órgão controlador	187
9.2.4 Quanto ao conteúdo do ato controlado	188
9.3 Controle administrativo	188

9.3.1	Ouvidoria	189
9.4	Controle legislativo	190
9.4.1	Tribunal de Contas	194
9.5	Controle jurisdicional	197
9.6	Meios específicos de controle jurisdicional	198

Capítulo 10

Improbidade Administrativa	201	
10.1	Considerações gerais	201
10.2	Sujeito passivo	202
10.3	Sujeito ativo	202
10.4	Modalidades	203
10.5	Sanções	207
10.6	Processo administrativo	209
10.7	Processo judicial	210
10.8	Prescrição	212

Capítulo 11

Processo Administrativo	213	
11.1	Considerações gerais	213
11.2	Conceito de processo administrativo	215
11.3	Objetivos do processo administrativo	216
11.4	Princípios do processo administrativo	217
11.5	Fases do processo administrativo	218
11.5.1	Instauração	218
11.5.2	Instrução	219
11.5.3	Decisão	220
11.5.4	Reexame	220

Capítulo 12

Serviço Público	223	
12.1	Noção de serviço público	223
12.2	Princípios do serviço público	224
12.2.1	Princípio da igualdade	226
12.2.2	Princípio da continuidade	227
12.2.3	Princípio da mutabilidade	229
12.2.4	Outros princípios do serviço público	230
12.3	Classificação dos serviços públicos	231
12.4	Prestação do serviço público	232

12.4.1	Concessão de serviço público	234
12.4.2	Permissão de serviço público	234
12.4.3	“Autorização” de serviço público	236
12.4.4	Parcerias público-privadas	236
12.5	Principais aspectos da concessão de serviço público	238
12.5.1	Licitação	238
12.5.2	Equilíbrio econômico-financeiro	239
12.5.3	Intervenção	241
12.5.4	Extinção do contrato de concessão	242
12.5.4.1	Encampação	244
12.5.4.2	Caducidade	244
12.5.4.3	Anulação	246
12.5.4.4	Rescisão pelo concessionário	247
12.5.5	Arbitragem no contrato de concessão de serviços públicos	248

Capítulo 13

Intervenção do Estado na Ordem Econômica	249	
13.1	Princípios gerais da ordem econômica	249
13.2	Intervenção do Estado na ordem econômica	250
13.3	Modalidades de intervenção	251
13.3.1	Monopólio	251
13.3.2	Repressão ao abuso econômico	252
13.3.3	Controle de abastecimento	253
13.3.4	Tabelamento de preços	253

Capítulo 14

Intervenção do Estado na Propriedade	255	
14.1	Introdução	255
14.2	Limitações administrativas	256
14.3	Ocupação temporária	257
14.4	Requisição	258
14.5	Tombamento	259
14.6	Servidão administrativa	260
14.7	Desapropriação	261
14.7.1	Conceito de desapropriação	261
14.7.2	Competências	263
14.7.3	Fundamentos da desapropriação	263
14.7.4	Objeto da desapropriação	265

14.7.5	Fases da desapropriação	266
14.7.5.1	Declaração de desapropriação	266
14.7.5.2	Execução da desapropriação	268
14.7.6	Imissão provisória na posse	269
14.7.7	Retrocessão	269

Capítulo 15

Bens Públicos	271	
15.1	Conceito de domínio público	271
15.2	Classificação dos bens públicos	273
15.3	Afetação e desafetação dos bens públicos	275
15.4	Regime jurídico dos bens públicos	275
15.5	Bens públicos em espécie	277
15.6	Utilização especial de bens públicos por particular	279
Referências	281	
Índice	285	